

Ecomuseu: reflexões sobre tempo, território e comunidade.

Gelsom Rozentino de Almeida¹

Vivianne Ribeiro Valença²

Qual o lugar do museu no território?

Nenhum museu paira no ar, flutuando.³ É preciso que ele se materialize em algum lugar, seja num prédio ou instalações ao ar livre. Tão pouco nenhum museu existe sem uma base social que o sustente. Mas não se trata apenas da estrutura física, mas da sua existência concreta, base essa que é composta pelas dimensões histórica-geográfica-social-cultural-ambiental de forma indissociável, o que implica em reconhecer a sua relação com o ambiente que o rodeia como no caso do ecomuseu, em que essas dimensões são integradas. Como provocação inicial, podemos indagar: quem integra o que?

A necessidade de integração do ecomuseu com o território sustenta-se tanto do ponto de vista da especificidade da sua proposta, quanto pelas diversas perspectivas teóricas que podem ser empregadas de forma complementar para análise das configurações dos poderes e das relações sociais em suas diferentes dimensões, desde o local propriamente dito até as redes globais, reais e virtuais, que atravessam este espaço. Numa concepção ampla, a configuração social do território – aqui entendida também em sua dimensão simbólica – permite colocar em questão o que venha a ser o social em seus variados níveis de agência e institucionalidade.

¹ Coordenador Geral do Ecomuseu Ilha Grande da UERJ. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2000). É professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS). Coordenador Adjunto do PPGHS. Coordena as pesquisas História do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, Museu do Cárcere / Ecomuseu Ilha Grande e Capital e Classes Sociais no Rio de Janeiro no século XXI. Coordena o TEMPO - Núcleo de Estudos sobre Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder. Integra a Coordenação Nacional do GT História e Marxismo da ANPUH. Membro do NIEP-MARX.

² Coordenadora do Museu do Cárcere, núcleo do Ecomuseu Ilha Grande da UERJ. Doutoranda em Museologia e Patrimônio no PPG-PMUS da UNIRIO.

³ Estamos nos referindo ao museu – instituição. Não a ideia de museu. Para a ideia de museu, partimos de outra perspectiva, levando em consideração que a ideia de museu vai para além da materialização, inclusive se considerarmos a ideia de “Museu interior” e as diversas representações que um museu poderá ter da realidade ou de determinados grupos e/ou indivíduos que partilham dessa ideia, etc.

Ao visar a análise dos processos concretos – no tempo e no espaço – de constituição de fluxos e estruturas econômicas e de grupamentos sociais, os historiadores em especial, buscaram uma dimensão mais complexa do território, com a construção de história(s) regional(ais) na França a partir de fins da década de 1940. Produziram-se, então, monografias regionais que problematizaram as generalizações encontradas no quadro nacional, ao acentuar as diferenças e dissintonias entre a região e o nacional. A base mais elaborada para estes avanços, encontrada nas proposições de Fernand Braudel em diálogo com a sociologia e a antropologia, estava na definição de diferentes níveis de temporalidades e espacialidades históricas, entrecidos nas relações econômicas e culturais entre regiões e locais supra e intranacionais, como nas economias-mundo e nas civilizações, por um lado, e no dia-a-dia da vida cotidiana, por outro.⁴

O território, antes um dado de análise, passa a ser visto como uma formação social, dotada de maior ou menor coesão interna, efetividade social (no sentido de contribuir para a manutenção ou para a transformação social) e permanência no tempo e no espaço. Esse termo passa a ser visto como espaço carregado de historicidade, como artefato histórico, produzido pela ação de homens reais, que se molda no processo de constituição histórica de sujeitos sociais específicos (na medida mesmo em que é parte integrante desta constituição). Estes buscam a consecução de seus interesses e a eventual subordinação de outros agentes sociais – coletivos ou individuais – a estes interesses, produzindo ou tendendo a produzir situações de consenso passivo. Ou ainda, através da conjugação contraditória da atuação de diferentes agentes, situações de consenso ativo.⁵ Neste processo, tradições, memórias e lugares de memória, identidades e agentes sociais cristalizam-se e se transmudam, com ritmos e dinâmicas de variada duração, intensidade e velocidade. Desta forma, a região e o local apresentam-se como território histórico, como espaço e construção social, como condição e também como *resultado* da ação dos homens.

A partir destas considerações, o espaço local é cada vez menos *coisa* e materialidade e mais *lócus* por excelência das relações sociais de forças entre as classes

⁴ Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*, 3 vols. *As estruturas do cotidiano, O jogo das trocas e O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995-1998.

⁵ Sobre a questão do consenso ativo e passivo, cf. Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 333.

e grupamentos sociais. Espaço em que se vivenciam costumes, hábitos, comportamentos no plano de instituições, afazeres, valores, crenças e idéias ligados à vida cotidiana enquanto conformados por um *éthos* social dominante.⁶ Espaço que se apresenta como história e cultura acumuladas, como civilização material no sentido braudeliano, no entanto ampliada para as esferas do social e do cultural, bem como do político. É na dimensão espacial local que podemos identificar os atores, os sujeitos, os indivíduos, do ponto de vista da ação; as organizações e as modalidades políticas, em seu aspecto institucional; uma cultura e suas marcas e monumentos, reproduzidos pelas instituições escolares e culturais. Relações gerais, globais, universais entre nação e Estado, entre sociedade civil e sociedade política, realizam-se de forma específica no espaço local.

O atravessamento de espaços antes “naturalizados”, tais como as nações e as regiões, por fluxos e redes sociais, econômicas, culturais, cada vez mais simbólicos e virtuais, chega, hoje, à exacerbação com a chamada globalização. Vivemos o mundo enquanto processo histórico interligado, tanto na dimensão global dos fluxos e redes materiais e imateriais, como na dimensão das vivências locais, crescentemente mais e mais recortadas e atomizadas. No limite, é a própria capacidade de ação do museu, através dessa noção de território e região que está em questão.

Numa crítica epistemológica alicerçada na história social da gênese e utilização do conceito de região, Bourdieu mostra que sua definição tem sido parte das lutas entre representações do real, que buscam se legitimar através de enunciados que produzam um objeto no campo da ciência. Para o autor, o que está em jogo nas definições de espaço, especialmente no conceito de região da geografia, é o poder de fixar uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o consenso, constroem a realidade da unidade e da identidade do grupo. Neste sentido, sua crítica é pertinente quanto aos modos de naturalização da própria ciência e dos discursos nacionais que transformam as definições das realidades sociais em realidades empíricas.⁷

⁶ Para os conceito de habitus, cf. Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974 e Norbert Elias, *Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

⁷ Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

Neste ponto, aparecem, com toda sua radicalidade, as possibilidades de uma atuação do museu que contribua para desnaturalizar, e mesmo desmaterializar determinadas experimentações. A região deixa de ser entendida como parte ou microcosmo e passa a ser vista como feixe de forças e significados sociais, na maior parte das vezes contraditórios, em que o que está em jogo é a própria definição do território. Assim, emerge uma polifonia nos interespaços e nos intertextos que passa a compor a própria investigação, tornando-a uma etnografia da modernidade, da produção da localidade sob condições modernas.

O Território Social, na medida em que desnaturaliza a noção de região⁸, é espaço de relações de poder e representação social.⁹ É neste cenário que uma atuação do Ecomuseu Ilha Grande¹⁰ poderá trazer novas contribuições. A missão do Ecomuseu Ilha Grande é incorporar a comunidade como sujeito do processo de desenvolvimento sustentável do território da Ilha Grande, por meio da preservação, pesquisa, valorização e difusão de sua história, memória, cultura, identidade, de seu patrimônio natural, material e imaterial, promovendo a reflexão e a ação consciente. O Ecomuseu Ilha Grande tem

⁸ Para a problematização do conceito de território do ponto de vista geográfico, ver LACOSTE, Yves. *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas, 1977.

⁹ Para uma reflexão geográfica sobre a questão do espaço, ver SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Reflexão dos estudos geográficos atuais brasileiros; SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988; *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982; *Espaço e sociedade (ensaios)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. Ver ainda MORAES, Antonio Carlos Robert. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1989; *Ideologia geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988; e (com COSTA, Wanderley M. *Geografia crítica. A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.

¹⁰ A Ilha Grande tornou-se um pólo turístico a partir da implosão das instalações carcerárias de Vila Dois Rios, em 1994. As atividades de turismo desenvolveram-se de forma acelerada, trazendo alguns problemas como a circulação inadequada de visitantes pelas matas e a introdução de culturas de espécies vegetais e animais estranhas à ilha. Foi neste cenário que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) passou a ser cessionária das antigas instalações e das benfeitorias remanescentes do extinto Instituto Penal Cândido Mendes e áreas adjacentes (Termo de Cessão de Uso, de 18 de outubro de 1994). Iniciou suas atividades de pesquisa e preservação dos ecossistemas da Ilha Grande por intermédio do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS), responsável por projetos ambientais distribuídos em diversas áreas de conhecimento. Desde então o *campus* Ilha Grande tem promovido o desenvolvimento sustentável da região, em estreita relação com atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além do CEADS, estava prevista no Termo de Cessão a instalação na Vila Dois Rios de um museu que buscasse preservar e dinamizar os vários aspectos que envolvem a memória e as características do local e da Ilha Grande. A UERJ criou em 2007 o Ecomuseu Ilha Grande, voltado para atividades de preservação, investigação e divulgação do meio ambiente, da história, e da vida sociocultural da ilha.

desenvolvido projetos de preservação e recuperação dos patrimônios arquitetônico, histórico, natural e cultural, visando à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos de Ilha Grande, a partir da valorização da memória coletiva, sem desvincular as dimensões ambiental, social, educativa, cultural, política e econômica. Tem buscado proporcionar o encontro, a interseção e a articulação entre os diferentes campos do saber, de forma a contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social das comunidades na ilha.

Transformar-se ao longo do tempo de um ambiente carcerário em um grande laboratório para o desenvolvimento de um modelo que concilie os diversos usos deste espaço insular em sintonia com os pressupostos da preservação e sustentabilidade ambiental, tem sido um desafio enfrentado pelo Ecomuseu Ilha Grande. É um museu que, com suas bases firmemente assentadas no passado, convida a todos a vislumbrar o presente de forma sustentável e a participar da construção de um futuro melhor e mais justo socialmente.

Qual o tempo do museu?

Por que mencionar o espaço e não o tempo, sendo que ambos existem em tão grande inter-relação? Memória-espaço-tempo-poder são, no conjunto, o fundamento essencial, único, inclusive, da Museologia. Sua conjunção conduz ao problema museológico por excelência, pedra angular do museu: a gestão das referências. Quer dizer, os restos ou vestígios de nossa história, aquilo que materializa a memória, particularmente quando esta nos "falha" (quem não subsiste num espaço físico mental - as mentalidades - que modela e marca, as fronteiras de uma cultura ou, em escala histórica, de uma civilização? Apagar os traços e negar a memória, e portanto a identidade - o que pode levar a aniquilação de uma comunidade). Valorizar e construir símbolos, às vezes emblemas. Aqui surgem dois pontos extremos: fixar o tempo, deter o desenvolvimento, encerrar-se num nacionalismo ultrajante, ou fazer desses símbolos instrumentos dinâmicos de educação e de lutas fecundas. Mas os traços não pertencem apenas ao passado: tem enorme importância para nosso presente e para nosso futuro.¹¹

O fenômeno museu deve ser compreendido tanto na dimensão território como em sua dimensão tempo, especificidade e globalidade, tendo em vista a complexidade de suas

¹¹ BELLAIGUE, Mathilde. Memória, Espaço, Tempo, Poder. In: Revista Museologia e Patrimônio, PP-GMUS/MAST, vol.2, n.2, 2009.

relações e determinações, bem como a sua indissociabilidade. Em especial, o termo ecomuseu. Todo museu deve (ou deveria) evocar as noções de território, tempo, memória, história, cultura, patrimônio, arte, de forma a possibilitar o conhecimento. Não o conhecimento como algo dado em si, ou como um processo de transmissão passiva. Não como um processo de aprendizagem, mas como um conhecimento crítico em permanente construção, como um permanente processo de questionamento.

Dois principais aspectos devem ser observados na concepção de ecomuseu, conforme Riviere: a *preocupação ecológica* e a *participação da comunidade local*, sendo a população localizada no entorno do museu fundamental para a formulação, execução e manutenção do mesmo. Por definição, um ecomuseu constitui-se a partir do entrelaçamento de diferentes forças sociais colocadas em movimento, operando com uma noção de território e um conceito de patrimônio integral, historicamente determinados. Este conjunto museal articula-se a uma perspectiva de desenvolvimento sócio ambiental que tem vínculos estreitos com as comunidades locais.

De modo geral o museu tem como característica a articulação dos elementos lugar, objeto e tempo, que se expressam de maneiras diferentes através da forma de apresentar a informação. Uma dessas formas é denominada exposição, bem como, sua lógica de articular lugar, tempo e objeto. A análise dos processos, e não nos objetos, possibilita discutir e problematizar a imaterialidade.

Essa articulação entre lugar, objeto e tempo, indicaria novas concepções de objeto (material – imaterial); de patrimônio tangível e intangível; de espaço edificado ou natural; de memória, ampliando o conceito de museu e de exposição. Desta forma, o deslocamento das coleções para os processos, bem como a possibilidade de uso e de ocupação de lugares diferenciados por diversos recursos midiáticos contemporâneos, resultaram em novas articulações entre lugar, objeto e tempo, de forma mais ampliada.

O tempo é uma das categorias mais controversas nas ciências humanas, sociais e naturais. Na civilização judaico-cristã-ocidental a noção do tempo aparece como linear e irreversível. O tempo é infinito. Mesmo que, para o homem comum, mortal, ele tenha fim.

A noção do tempo se construiria ao longo da evolução humana, pautada no caráter instrumental de orientação, a partir de um saber adquirido e transmitido pela sucessão de gerações. Um saber ambivalente, que tende a regular a experiência humana, ao passo que

denota uma condição de sobrevivência, entendida como “patrimônio do saber social acumulado pelas gerações” (ELIAS, 1998, p. 33). De acordo com Elias, a observação dos fenômenos físicos e a materialização de dispositivos artificiais de medição do tempo, como relógios e calendários, tomam dimensão na prática das sociedades humanas como mecanismos de coerção. O que se deve, entre outros fatores, à dissociação do tempo no plano físico e no plano social, assim como, à separação entre “natureza” e “sociedade”.

Para Santos (1976, p. 41), “as coisas são os eventos e as suas tramas; o tempo o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama; e o espaço o lugar material da possibilidade dos eventos”. Assim, problematizar o tempo, sem considerar o espaço e a matéria e a relação entre eles, torna-se tarefa impossível. Historicamente, essa relação é o desafio epistemológico das ciências naturais e sociais.

De forma naturalizada, tem-se a monocultura do tempo linear: ideia de que a história tem sentidos e direção únicos e conhecidos. Formulado nos últimos duzentos anos através das ideias de progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. A ideia de tempo linear é a de que, na frente do tempo, seguem os países centrais do sistema mundial, e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidades que neles dominam. Ecologia das temporalidades: A ideia de tempo linear é entendida como uma entre muitas concepções de tempo, que se distinguem entre as culturas em diferentes códigos temporais, como: concepções de pontualidade, continuidade, descontinuidade, tempo reversível, tempo irreversível, e outros.

O Ecomuseu Ilha Grande é, ao mesmo tempo, um museu universitário e um ecomuseu, um museu que se vê crescentemente integrando e integrado pela comunidade e território da Ilha Grande. Que se apresenta como uma janela para o mundo e um portal para os diferentes tempos da ilha. Dessa forma, articula os diferentes campos do conhecimento científico, bem como os saberes populares das comunidades, contribuindo com as suas experiências de estar numa área de forte presença e interface entre a história, memória, cultura e meio ambiente. Lida de forma muitas vezes indissociável com a história e memória prisional, com culturas tradicionais, como a caiçara ou indígena, com atividades extrativistas, com atividades turísticas e atividades conservacionistas do meio ambiente. O Ecomuseu Ilha Grande se propõe a ser uma “ponte” e estabelecer uma relação entre os

diferentes atores sociais, tais como universidade, prefeitura, parque estadual, setores empresariais do turismo, associações de moradores, organizações não-governamentais.¹²

Não se pode crer em fórmulas, modelos teóricos ou conceitos para pronto uso e para qualquer situação, que sejam entendidos como “rótulos”, “receita de bolo” ou “camisa de força”. É preciso ter a vontade de ouvir, conhecer e aprender através de experiências, bem como compartilhar.

Museu e Comunidade

Não há consenso quanto ao conceito de comunidade. Todavia é inegável a existência de um “sentimento de comunidade”. Este sentimento resulta na ideia de coesão, que seduz os especialistas no caso dos ecomuseus, pois legitimaria a sua existência como resultado da organização autônoma da comunidade. Seria um museu que prescindiria de museólogos para a sua criação, mas não existiria sem a comunidade. Como distinguir efetivamente o que a comunidade quer, o que ela deseja, os seus interesses? Como saber, senão ouvindo a todos? Ou bastaria ouvir apenas as suas lideranças e representantes? Ou cientistas sociais, historiadores, antropólogos, museólogos seriam portadores de um conhecimento que possibilitaria organizar esses desejos e aspirações em nome da comunidade? Teriam tal legitimidade?

No mundo em que vivemos ao falarmos da ideia de comunidade encontraremos um leque de conceitos e definições. Diversas áreas tentariam realizar a sua apreensão, como a história, sociologia, antropologia, política, ecologia, geografia, religião entre outros. Desde a formação das ciências sociais no século XIX as interpretações sobre as comunidades, até então considerada de tipo “tradicional”, estiveram presentes em clássicos como Karl Marx, Auguste Comte, Emile Durkheim e Max Weber.

¹² Considerando a função social do museu e da universidade, o Ecomuseu Ilha Grande atua como espaço que proporciona o encontro de diferentes campos do saber, promovendo o estudo de temas relevantes e estratégicos e a elucidação de problemas, de forma a contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social do Estado do Rio de Janeiro. Assim, na interação e integração de saberes, sujeitos e interesses, investe-se no poder transformador do conhecimento e das suas próprias formas de produção, possibilitando a realização de uma “ecologia de saberes”. Esta ação tem sido articulada juntamente com o Comitê Científico e, ainda este ano, o Ecomuseu Ilha Grande pretende estreitar ainda mais seus laços com os habitantes da ilha através da formação do Conselho Comunitário, com representantes das diversas comunidades locais.

Ferdinand Tönnies (1995) dedicou maior esforço para a descrição da comunidade e a tentativa de sua classificação a partir de três diferentes elementos: o parentesco, a vizinhança e a amizade. O primeiro tipo seria relacionado a vida familiar e fundamenta-se na autoridade dos membros da família – sendo essa autoridade traduzida em termos de idade, força e sabedoria. O segundo tipo se relaciona a vida em comum, no território partilhado, nas necessidades de trabalho e de uma organização comum, que promovem o compartilhamento dos hábitos, dos conhecimentos e a emergência das tradições. O terceiro se baseia na semelhança de interesses e formas de pensar, nascendo da similitude de atividades e deve ser alimentada por encontros frequentes, sendo mais comum nas aldeias, vilas e pequenas cidades. Para que grupos possam ser considerados comunitários, segundo o autor, eles devem contar com elevado grau de integração afetiva e também com alto grau de coesão e homogeneização entre seus membros, e isso inclui conhecimentos, objetivos, práticas cotidianas e formas de agir e pensar. As normas ocorrem especificamente por meio dos costumes, hábitos e tradições, e as formas de relacionamento social são predominantemente pessoais, o que significa o compartilhamento de valores e também maior grau de intimidade.

Todavia, enquanto um conceito-chave para a sociologia clássica, com diferentes interpretações, mais recentemente, a partir dos anos oitenta e do processo de globalização, a comunidade tornou-se alvo de novos estudos, buscando contrapor os diferentes modelos sociológicos com a sua existência real. Ou, para muitos, cada vez mais difícil de identificar – enquanto comunidade “tradicional” - diante do acelerado processo de mudança social, que levaria inexoravelmente à sua fragmentação ou desaparecimento. Este é um dilema não só acadêmico, mas atual e vivenciado na realidade das próprias comunidades. O uso indiscriminado do termo “comunidade” desde as últimas décadas do século XX até o presente, segundo Hobsbawm (1995, p.12), em decorrência da pluralidade de significados, tem sido substituído (ou complementado) pelo conceito de “identidade”, este também alvo de outras tantas interpretações e significados. Para Bauman (2001, p.197) apesar das contradições inerentes, a opção por uma “identidade comunitária” seria decorrente de que a “sua escolha implica a forte crença de que quem escolhe não tem opção a não ser o grupo específico a que pertença”

Não obstante, nenhuma comunidade se basta, é isolada, fechada e independente. Embora forneça segurança, ela não é auto-suficiente. Ela é perpassada por relações estabelecidas com “os de fora”, que a completam. É desta definição que devemos partir para compreender também a ideia de ecomuseu, que seria representada pela imagem do “complexo de concha”, um “fechamento” artificial em torno de seus militantes, o que se torna uma idealização e se distancia do real.

Ao museu tradicional foi incorporado outros modelos teóricos, como o do museu de território, cuja base conceitual não é o objeto, mas um espaço territorial definido, com características geográficas, ambientais e de ocupação cultural, e suas características excepcionais de beleza cênica, condições naturais, ocupação humana e produção cultural. Se o museu tradicional, ao ser viabilizado na prática, elabora uma seleção sobre aspectos da natureza e da produção do homem, os museus de território se viabilizam com o potencial de trabalhar de forma integrada a memória territorial e patrimonial da região. (SCHEINER, 1998, p.90)

Nestes espaços “musealizados”, como os parques nacionais, as reservas e santuários biológicos, os sítios arqueológicos e etnográficos habitados, os museus a céu aberto, as cidades-monumento, destacamos os ecomuseus como foco do nosso estudo, onde a relação homem-cultura-natureza se dá de forma mais ampla. Nestes territórios, tudo é patrimônio: o céu, o clima, a paisagem, a água, as comunidades que ali existem, bem como a dinâmica das relações que ali se dão. Este é o conceito de patrimônio integral, construído sobre uma percepção holista do meio ambiente. (SCHEINER, 1998, p.91)

Neste sentido, desaparece a associação entre museu e passado, entre museu e coisa acabada, pois museu é tudo o que se dá no presente, e também o passado e a projeção de futuro. Em um território musealizado, o especialista busca interferir o mínimo possível na dinâmica das relações museu-observador: não há discurso construído, mas um constante desvelamento, e o entendimento que se tem do museu é individual, variável e complexo; também não há necessidade de um “público”, pois o museu de território existe independentemente do observador. É um conjunto voltado sobre si mesmo, que não pressupõe a presença de um corpo de visitantes externo aos seus limites. O ecomuseu é elaborado por e para a comunidade onde se localiza. (SCHEINER, 1998, p.90-91)

A ideia de ecomuseu, elaborada na França dos anos 60 e 70, teve como pioneiros o Ecomuseu da Grande Lande, no Parque Natural Regional des Landes de Gascogne e a experiência prática, na vila e comunidade urbana e industrial do Creusot. Nessa concepção, de forma ideal, formula-se o projeto de um museu igualitário, em que toda a comunidade constituía um museu onde não existem visitantes, mas sim habitantes. A essência do museu não reside na exposição, mas na participação. O ponto central deste novo projeto não está no objeto, mas no indivíduo. (SCHEINER; SOARES, 2009, p.7).

No processo de criação do museu, são os trabalhadores e artesãos, parte da comunidade do Creusot, que se constituem ao mesmo tempo como autores e espectadores de sua obra; o que eles produzem não é objeto do ecomuseu, eles o são. A origem do ecomuseu se deu num contexto no qual, de uma parte, havia a existência de um território delimitado pela revolução industrial; de outra, a demanda pela municipalidade do Creusot de se estabelecer um museu local. (BELLAIGUE, 1984, p.34-35) Entre 1971 e 1974, Marcel Evrard, juntamente com Mathilde Bellaigue, criam o “Ecomuseu da Comunidade urbana Le Creusot-Montceau-Les-Mines – Museu do Homem e da indústria”, inspirados nessa concepção, que evidencia o local, mas não apenas o território. De forma integral, ele seduz e convida toda a população a se juntar em sua causa, ou em causa dela mesma. (SCHEINER; SOARES, 2009, p.7)

A formulação teórico-conceitual desse tipo de museu envolve as noções de patrimônio total ou integral, participação comunitária, desenvolvimento local e meio ambiente ou território. Tal termo passou a ser sinônimo de um tipo muito especial de museu comunitário, fundamentado na musealização de um território e na relação entre este território, o meio ambiente integral, entendido como patrimônio e as comunidades que ali conviveram e/ou convivem.

Por muitos anos, museus tiveram como base e preocupação apenas com a cultura material. Em contraste, ecomuseus reconhecem a complexidade do relacionamento entre o patrimônio cultural de uma comunidade particular e as demandas para o desenvolvimento. (SONG, 2005, p.41)

Ecomuseus também foram precoces em reconhecer a importância do patrimônio imaterial, língua, crenças e relacionamento humano, e para representar as diferenças que existiam entre centros e comunidades. Não viraram as costas para o passado, mas fazem

um esforço consciente para abraçar o presente e o futuro. Eles permitem a capacidade criativa dos seus participantes, incluindo membros da comunidade local, museólogos e voluntários de outras comunidades, mas a sua gestão sempre reflete as necessidades da população local. (SONG, 2005, p. 41)

Conclusão

O museu não é uma instituição do passado, mas do presente, com um olhar - e uma ação – para o futuro. O museu não deve se preocupar apenas com o acervo, com a sua preservação, com o “resgate da memória” ou com o “tempo perdido” Deve se ocupar da comunicação, da educação e da formação do seu público, da sociedade. Deve estar conectado com o tempo da comunidade, com o tempo presente. Mas não só. Deve saber ouvir e ter o que dizer. Propomos, como instituição, ocuparmos esse lugar de memória de forma libertadora. O tempo do museu é o futuro.

Referências

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LIMA, Ricardo Gomes; AMARAL, Ana Luiza Castro do. O Projeto Museólogas de Família do Ecomuseu Ilha Grande da UERJ: o Ecomuseu vai à comunidade. In: I Congresso Latinoamericano / II Congresso Nacional de Museos Universitarios, 2013, La Plata. Anais del I Congresso Latinoamericano / II Congresso Nacional de Museos Universitarios, 2013.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LIMA, R. G.; AMARAL, Ana Luiza Castro do. Um olhar sobre o que é visto, suas organizações e seus sentidos. Apresentação sobre as mostras das galerias do Museu do Cárcere / Ecomuseu Ilha Grande da UERJ. In: I Congresso Latinoamericano / II Congresso Nacional de Museos Universitarios, 2013, La Plata. Anais del I Congresso Latinoamericano / II Congresso Nacional de Museos Universitarios, 2013.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LIMA, R. G. ; Callado, Cátia Henriques; Faria, Gabriela ; Alevato, Gabriela Machado ; Pereira, Julia W. ; Rosso, Thereza C. A. ; Castro, Wania Clemente ; Pereira, Marcos Bastos . As especificidades dos ambientes insulares: meio ambiente e cultura - Estudo de caso do Ecomuseu Ilha Grande - UERJ. Interagir (UERJ), v. 15, p. 11-18, 2010.
- BELLAIGUE, Mathilde. Memória, Espaço, Tempo, Poder. In: Revista Museologia e Patrimônio, PP-GMUS/MAST, vol.2, n.2, 2009.
- BOUDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- BRULON, Bruno. A invenção do Ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-mines e a prática da museologia experimental. MANA 21(2): 267-295, 2015.
- CHAGAS, Mario. Museu: coisa velha, coisa antiga. Rio de Janeiro, UNIRIO, 1987, 20p.
- ELIAS, Norbert. Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- GRAMSCI, Antonio, Cadernos do Cárcere, vol. 3, Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LACOSTE, Yves. A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra. Lisboa: Iniciativas, 1977.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. Ciências & Letras. Educação e Patrimônio. Histórico-Cultural. N.27. p.91-101, Edição Jan/Jun. 2000.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Museus Históricos: da celebração à consciência Histórica. Como explorar um museu histórico. São Paulo: Museu Paulista: USP, 1992.
- MONTEIRO, Renata and GOUVEA, Guaracira. Tempo no museu e o museu no tempo. *Ciênc. educ. (Bauru)* [online]. 2015, vol.21, n.1, pp.239-253.
- MORAES, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley M. Geografia crítica. A valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. A gênese da geografia moderna. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1989.
- _____. Ideologia geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.
- Museums and Galleries Commission. Planejamento de Exposições / Museums and Galleries Commission; tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Vitae, 2001. – (Série Museologia, 2)
- NASCIMENTO JUNIOR, José. Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento, in: Revista MUSAS, Brasília: IBRAM, 2009 (n.4).
- RANGEL, Marcio Ferreira. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1. 2012.
- RIVIÈRE, Georges Henri. Definición evolutiva del ecomuseo. Museum. Imágenes del ecomuseo. Paris, UNESCO, v. XXXVII, n. 148, 1985.
- SANTOS, Milton. Espaço e sociedade (ensaios). Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- _____. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Hucitec, 1982;
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Os Porões da República. A barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos: Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12 (suplemento), p. 381-400, 2005.
- SCHEINER, Tereza Cristina. **Apolo e Dionísio no Templo das Musas; Museu:** gênese, ideia e representações na cultura ocidental. 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- SCHEINER, Tereza. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, 2012.
- SOARES, Bruno César Brulon, SCHEINER, Tereza Cristina M., CAMPOS, Márcio D’OIne. Sobre comunidades e museus: do gueto ao grupo social musealizado. XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação. Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010.
- SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SONG, Xiangguang. How the theory and practice of ecomuseums enrich general museology. In: Communication and Exploration. Guyang, China – 2005. Ecomusei del Trentino. Documenti di Lavoro p. 37-42.
- VARINE, Hugues de. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. –Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- XAVIER, T.F. Do território do cárcere ao território da proteção da natureza: Conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ). Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro. 2009.